

FRENTE DE LUTA por **Permanência e contra o Privatismo**

A reitoria da USP ataca sistematicamente as condições de estudo e a permanência estudantil: quer colocar grades e catracas no Crusp e despejar 300 estudantes, passa o pano para estupradores, não contrata professores e funcionários.

Enquanto as direções das organizações estudantis se dedicam à campanha eleitoral de seus candidatos, a reitoria e o governo ficam de mãos livres para impor mais ataques.

A resposta efetiva é a da mobilização, que se organiza com assembleias gerais!

O direito ao ensino público e gratuito na USP tem sido ameaçado frequentemente, ao longo dos últimos anos. A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL, que é parte desse direito, tem sido alvo de ataques sucessivos, especialmente depois de 2016, quando a consultoria McKinsey emitiu um relatório para a reitoria, indicando medidas para aprofundar o privatismo na USP, dentre elas, COBRAR ALUGUEL PELA MORADIA ESTUDANTIL. A reitoria e o governo já vinham atacando a permanência estudantil, por meio do sucateamento do Crusp, que enfrentava incêndios, escuridão, estupros, falta de água e energia, acúmulo de lixo, eliminação da manutenção de lavanderias e cozinhas coletivas. O movimento dos moradores respondeu como podia: organizou a ocupação da SAS (hoje Prip) contra a violência sobre as mulheres, participou da greve de 2016, organizou uma greve geral de estudantes da USP em defesa da permanência estudantil, em 2018. A

reitoria e o governo aproveitaram a Pandemia para retomar sua ofensiva: cortaram o passe livre, desocuparam o Bloco D, supostamente para reformá-lo, mas até hoje não o entregou, e as obras ficaram paradas. A comissão independente contra a violência sobre a mulher, conquista da ocupação de 2016, foi desativada em 2022 – mensagem de sinal verde aos estupradores e agressores, que voltaram a agir impunemente. E este ano quase que foram instaladas grades e catracas nos blocos F e G, que levariam ao despejo imediato de 300 moradores, e que foram impedidas pela ação direta de moradores, mas que estão guardadas pela reitoria, para uma nova tentativa que pode ocorrer até durante as férias.

O Crusp sempre foi uma referência e base de mobilização em todas as últimas grandes mobilizações estudantis na USP. Concentra uma boa parte dos estudantes de baixa renda, moradores de periferia em São Paulo ou do Interior. É onde a permanência estudantil

se mostra de forma mais concreta como uma condição para que estudantes possam estudar na USP. São o polo oposto do privatismo, que avança dia a dia na universidade. Para a reitoria e governo privatistas, expulsar os estudantes pobres do Crusp é uma necessidade. Passar pano em estupros e demais agressões ajuda a expulsar estudantes indesejadas, não só do Crusp, mas da USP.

CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS?

A greve estudantil de 2023 tinha como reivindicação central a contratação de professores necessários ao funcionamento dos cursos. Uma paralisação de todos os cursos, como há tempos não se via na USP, exigia condições elementares para o ensino público e gratuito. A reitoria apresentou seu plano de contratações, que estava muito distante de preservar o funcionamento mínimo dos cursos. As direções do DCE e CAs conseguiram impor a po-

lítica de negociação nos marcos do plano da reitoria, subordinaram-se a ela. O resultado foi um acordo que não garantia as reais necessidades dos estudantes, e que a própria reitoria se deu ao luxo de não cumprir (nem metade dos professores prometidos em caráter emergencial foi contratada até agora). Também não se contrataram funcionários, de forma que a reitoria continua sua política de contratação precária, por meio da terceirização.

TUDO CONVERGE PARA O PRIVATISMO

Diante do aprofundamento da crise capitalista, educação e outros serviços sociais públicos são alvo de políticas de benefício do parasitismo financeiro. Privatizações e terceirizações são medidas de protecionismo aos parasitas capitalistas. A USP, com orçamento público de R\$ 8 bilhões, não é privatizada totalmente, mas se implantam várias medidas de favorecimento a investidores, que parasitam seu orçamento público. A terceirização é uma delas. Contratam-se empresas (abertas muitas vezes pelos gestores da própria USP) para assumir os restaurantes, segurança, limpeza, manutenção, obras. Seus funcionários recebem uma fração dos salários pagos diretamente pela USP a seus funcionários. São frequentes as denúncias de que as terceirizadas não pagam funcionários, e deixam a dívida para a USP, que assim paga duas vezes pelo mesmo serviço. E este é apenas um exemplo de como se combinam a terceirização e o privatismo com a precarização e sucateamento da USP.

O mesmo se passa no Crusp. A deterioração da moradia serve

para espantar estudantes e abrir caminho para a privatização – imposição de aluguéis. Nos planos da reitoria e do governo, a concessão a uma empresa que administre a moradia por meio de aluguéis (pagos por moradores ou pela USP) favorecerá algum “amigo” dos governantes. Já há convênios com as empresas Uliving e Share Student Living em andamento, nesse sentido.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL É A FORÇA SOCIAL QUE PODE SER O PONTO DE APOIO PARA ENFRENTAR O PRIVATISMO

Os estudantes, pela sua relação concreta com a universidade – não têm interesses corporativos, e são a ligação da universidade com a população assalariada –, são a força social que coletivamente pode iniciar a luta contra o privatismo, a partir da defesa de suas reivindicações mais sentidas, e são o fundamento da unidade entre os que estudam e trabalham na universidade. Nos últimos anos, porém, as direções de suas organizações têm esmerado em não impulsivar o movimento contra a reitoria e o governo, mas de buscar a conciliação com eles, e apontar os caminhos distracionistas da disputa eleitoral, da pressão parlamentar e da judicialização como meios para se alcançar as reivindicações. Fala-se muito em combater a extrema direita, mas, ao não organizar o movimento para enfrentar as medidas impostas pela reitoria e governo, facilitam justamente as medidas reacionárias que eles impõem sobre a universidade, ou seja, facilitam o crescimento da extrema direita. Preocupados em alavancar seus

candidatos, prometem que eles vão resolver os problemas que se vivem, mas ocultam que dos cargos e do parlamento não virão medidas favoráveis aos oprimidos, e sim aos opressores.

As direções criam assim uma completa separação entre o que fazem (buscam votos e eleger seus candidatos) e as necessidades reais e imediatas de suas bases. Por isso, não convocam amplamente as assembleias gerais para que as bases discutam e decidam os objetivos e os meios para alcançá-los. Deformam as assembleias, com convocação restrita e de forma que apenas seus apoiadores compareçam. O formato burocrático que impõem afasta a maioria. E as medidas que apresentam estão longe de responder aos problemas concretos que se vivem – veja-se que não foram além do acolhimento e cartas de protesto para serem usadas pelos seus candidatos, diante da violência contra mulheres no Crusp. Mas isso só é mais uma prova de que é preciso defender a convocação de assembleias amplas e democráticas, onde as bases sejam maioria e possam ultrapassar as políticas conciliadoras e derrotistas das direções.

Por isso, defendemos a convocação de assembleia geral de estudantes da USP. Amplamente convocada, com participação massiva, com liberdade para propostas e decisões muitas vezes opostas às das direções. *Que sejam meios de organização e mobilização, para que possamos enfrentar e derrotar a reitoria e o governo privatistas, e alcançar as reivindicações necessárias à defesa da USP pública e gratuita!*

Fazemos um chamado aberto a todos os estudantes e organizações dispostos a aderir a uma mobilização e luta efetiva contra a instalação de grades no CRUSP.

Para saber mais, entre em contato: frentelutausp@proton.me